

A Mudança de Perfil do estudante de Administração entre 2000 e 2008: um estudo de caso

Autoria: Maria de Fátima Pereira Rossi, Suzana Melgaço

RESUMO

O artigo apresenta e discute os resultados de uma pesquisa sobre o perfil do estudante de administração, da unidade de Betim da PUC Minas, no período de 2000 a 2008. Os dados aqui analisados foram coletados pela universidade, junto aos alunos ingressantes, por ocasião dos vestibulares. O objetivo da pesquisa foi comparar as principais mudanças de perfil do estudante, ocorridas ao longo desse período. A discussão conceitual versa sobre os dilemas e desafios que permeiam as opções e as trajetórias dos estudantes e a necessidade de construção de instrumentos para estudos dessas questões. A pesquisa utilizou dados secundários e análise longitudinal, comparando as variações ocorridas ao longo dos dezoito semestres compreendidos pelo estudo. As principais mudanças observadas são referentes à queda na faixa etária e na renda familiar desses estudantes, bem como uma crescente preocupação com o mercado de trabalho. Os resultados apontam que tais mudanças significam grande alteração no perfil dos estudantes e demandam atenção. A pesquisa de perfil, e sua permanente atualização e aprofundamento, constitui um instrumental básico para o acompanhamento dessas transformações e seus possíveis desdobramentos, podendo subsidiar as ações futuras de adequação do curso quanto às atividades oferecidas e aos ajustes nos projetos pedagógicos.

1 INTRODUÇÃO

Com o grande crescimento, nas últimas décadas, os cursos de administração passaram a enfrentar novos desafios. Um dos fatores apontados para esse crescimento são as mudanças constantes no mercado de trabalho, seja pelos processos de reestruturação produtiva, seja pela democratização do ensino superior no Brasil. Este cenário tem forçado as empresas a se remodelarem, para sobreviver e crescer em um ambiente altamente competitivo, como também exigido competências mais complexas do profissional de gestão.

Nesse contexto marcado pelas atividades econômicas, o mundo dos negócios se torna o centro das atenções. A intensa dinâmica do capitalismo atual e suas diversas atividades atingem diretamente todos os segmentos sociais: o controle de um número cada vez maior de variáveis, domínio dos meios de comunicação em constante transformação, necessidade de gestão em diferentes tipos de organizações, atendimento às necessidades e demandas de clientes, fornecedores, acionistas e da sociedade em geral. Os estudos dos problemas e possíveis contribuições nessas áreas são cada vez mais valorizados e tornam-se fator básico para o desenvolvimento da economia e das organizações de um país ou região. No entanto, bons profissionais e pesquisadores de qualidade só poderão ser formados em cursos bem estruturados e preparados para lidar com tais demandas da sociedade.

A necessidade de qualificação e a insegurança no emprego têm levado algumas pessoas de volta às salas de aula, para que se mantenham empregáveis, e toda uma nova geração de estudantes ansiosos por uma profissão. Uma maior demanda das empresas por profissionais de nível superior tem contribuído para que os estudantes passem rapidamente do ensino médio para a universidade em busca da profissionalização necessária. Um dos cursos

mais procurados, nos últimos anos, tem sido o de administração. Dados do Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) apontam aumento de 62,2% entre os anos de 1996 e 2001, sendo o curso de administração responsável por um aumento de formandos de 83,3% no período de 1996 a 2002. Segundo o resumo técnico do censo da educação superior, em 2004, ingressaram 1.302.298 estudantes, 3,1% a mais que no ano anterior, sendo que o curso de administração ocupa o primeiro lugar no número de matrículas com 620.718 novos ingressantes, e segunda posição com relação ao número de concluintes representado por um número de 83.659, atrás apenas do curso de pedagogia. Entre 1999 e 2000 foram criados, no Brasil, 277 novos cursos de graduação em administração nas suas mais variadas habilitações o que representa uma taxa de crescimento da ordem de 28%. Dados do vestibular de 2009 confirmaram a liderança do curso de Administração na preferência dos vestibulandos.

Com isso, cresceu significativamente o número de faculdades e universidades privadas no Brasil na última década. Tal concorrência, sem dúvida, aumentou as oportunidades de acesso ao curso superior, mas também tem trazido problemas referentes à qualidade dos cursos oferecidos. É fato que um curso de qualidade precisa de profissionais bem formados, boas condições de trabalho, laboratórios e bibliotecas, mas também um bom projeto pedagógico e experiência, algo que demanda tempo e investimento. Os alunos consideram uma série de fatores ao escolher um curso e uma universidade, mas nem sempre têm acesso a tais informações, a tempo de fazer uma escolha segura. A pressão para iniciar um curso superior, optar por uma carreira e ingressar no mercado de trabalho gera, inclusive, a escolha apressada por determinados cursos em detrimento de outros.

Nesse contexto se inscreve a Universidade Católica de Minas Gerais. Com mais de cinquenta anos de atuação em Belo Horizonte, a PUC optou, nas duas últimas décadas, por se expandir abrindo novas unidades na região metropolitana e em cidades do interior de Minas Gerais. Em todas as unidades e *campi* o curso de Administração está presente. Em Belo Horizonte o curso é oferecido no *campus* do Coração Eucarístico, nas unidades dos bairros São Gabriel e Barreiro, além das unidades de Contagem e Betim. Embora tais unidades não sejam muito distantes e exista certa mobilidade entre seus alunos (transferências internas), elas se localizam em regiões com características bem distintas. Assim, embora sejam todos alunos da mesma instituição, o perfil se altera de uma unidade para outra. Isso é facilmente observado por muitos professores que trabalham em mais de uma unidade da PUC.

No entanto, um estudo comparativo que possa comprovar tais diferenças entre os perfis dos estudantes das diversas unidades da instituição ainda está por ser realizado. Apresentamos, aqui, os resultados da primeira fase dessa pesquisa que se caracteriza pelo estudo de caso visando identificar as principais mudanças no perfil do estudante de Administração da unidade de Betim da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Essa fase foi desenvolvida através da tabulação e análise dos mapas estatísticos do questionário socioeconômico aplicado aos alunos ingressantes por vestibular, referente ao período de 2000 a 2008. Portanto, a análise tem cunho quantitativo e priorizou o acompanhamento de cada variável ao longo do período, quais sejam: sexo, idade, estado civil, local de residência, ocupação, renda familiar, grau de escolaridade dos pais, curso de ensino médio, bem como o turno e a escola. Além dessas variáveis, o questionário também aborda uma série de outras questões relativas às opções, hábitos e comportamentos. Optamos por utilizar apenas aquelas que se referem aos motivos dos estudantes para a escolha da instituição e do curso e suas expectativas. Quanto às demais, percebemos a necessidade do uso de outros instrumentos que possibilitem aprofundar no tratamento de variáveis de maior subjetividade.

Com a análise empreendida, foi possível perceber algumas mudanças significativas no perfil dos estudantes ao longo dos nove anos analisados. As principais alterações estão apresentadas através de descrição, gráficos e tabelas na terceira parte do artigo. Alguns

períodos são apresentados separadamente devido às mudanças feitas pela universidade em seu questionário, alterando, principalmente intervalos de classe.

Acreditamos que um novo perfil de alunos significa, também, novos desafios para os professores e gestores do curso. Do lado dos estudantes, muitas outras mudanças parecem estar em andamento. Nesse sentido, a discussão de algumas questões referentes aos principais problemas enfrentados pelos jovens, nessa etapa da vida, é apresentada a seguir.

2 DESAFIOS E DILEMAS DO JOVEM ESTUDANTE

Sociólogos e educadores têm abordado, com frequência, o papel da universidade na formação do profissional e os problemas referentes ao acesso e à permanência na universidade. Como pano de fundo dessas discussões, é importante destacar as bruscas alterações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho e seus impactos sobre os cursos universitários, sobretudo a pressão de um mercado altamente competitivo. Os psicólogos têm empreendido maiores esforços nas análises das características e trajetórias dos alunos, envolvendo questões relativas aos seus motivos, dificuldades, desempenho, alterações de comportamento, entre outros. Essas abordagens trazem a possibilidade de compreensão das características do estudante considerando desde os aspectos mais globais, de conjuntura, até os comportamentais, ligados às escolhas do indivíduo.

Estar na universidade, para muitos, é um meio para se alcançar algo novo, para outros pode ser a finalidade última. Para os primeiros é mais uma conquista e para os segundos é a grande conquista, algo que se almejou por muito tempo e finalmente foi alcançado. No entanto, com a transferência da profissionalização para o terceiro grau, cada vez mais, a universidade torna-se um meio, uma passagem – cada vez mais rápida, para os alunos – a uma nova profissão. Talvez não seja muito apropriado ver a universidade como um fim, mas vê-la apenas como um instrumento para adquirir uma profissão é reduzi-la a muito menos do que ela pode ser. Esse é um grande desafio para os profissionais de educação na atualidade. Não há como ignorar as mudanças e demandas do mercado de trabalho e as preocupações dos alunos nesse sentido, mas não se pode fazer disso o objetivo da universidade. *“A desfiguração da universidade não vitima somente a ela; tem como consequência o empobrecimento da própria sociedade, pois esta se desprové de sua principal instância reflexiva, cultural e civilizacional.”* (SOBRINHO, 2005, p.165)

Não significa dizer, contudo, que a universidade deva se isolar da sociedade e seus problemas, ao contrário, a educação superior tem grande responsabilidade *“em produzir e socializar conhecimentos que tenham não só mérito científico, mas também valor social e formativo. Portanto, que sejam importantes para o desenvolvimento econômico que tenha sentido de cidadania pública.”* Nessa perspectiva, não cabe à universidade atender aos interesses imediatistas dos setores produtivos, pois constitui *“grave equívoco de pesadas consequências aos destinos humanos que a educação superior colabore para reduzir a sociedade ao mercado, como se sociedade e mercado se equivalessem e fossem mutuamente redutíveis.”* (SOBRINHO, 2005, p.172)

Para o aluno jovem, a universidade é muito mais do que um curso profissional, quer ele perceba ou não, pois é nesse momento de sua vida que ocorre a passagem de sua adolescência para a vida adulta e muitas coisas irão mudar enquanto ele é um estudante universitário. Ele chega à universidade com a inquietação e energia típicas da juventude, mas também com uma pressa e ansiedade cada vez maiores por aprender coisas aplicáveis, práticas, influenciado e pressionado por um mundo que lhe cobra produzir e consumir rapidamente.

Por seu lado, a universidade se confronta com essa nova realidade, tentando redefinir seu espaço, seu papel e suas ações. As grandes transformações no mundo do trabalho trazem desafios que se alteram constantemente na complexidade de fatores que envolvem sua dimensão global. Entre tantas mudanças, nota-se o grande desenvolvimento tecnológico, sem precedentes, alcançado ao longo do século XX. As inovações tecnológicas desencadearam, por sua vez, uma série de mudanças nos modos do homem viver, produzir e aprender. Os conceitos de trabalho e profissão se alteraram drasticamente, marcados pelo acesso fácil à informação e sua velocidade, de um lado, e pela obsolescência dos saberes, de outro. Ocorreu uma grande transformação *“sobre como o conhecimento se renova, ou seja, ao invés de ser visto como algo a ser acumulado e armazenado, ele está mais para um fluxo constante, substituindo velhos saberes por novos com uma velocidade surpreendente.”* (KARAWEJCZYK e ESTIVALETE, 2003, p.4-5)

Não se fala mais em emprego ou profissão para toda a vida. O compromisso e o vínculo entre organizações e indivíduos se tornam mais frouxos e as exigências para se manter em atividade no mercado de trabalho são cada vez maiores.

Segundo Silva e outros (2005), a partir dos anos 90 a visão de carreira passa por uma crise, pois está inserida num contexto de flexibilização das relações de trabalho, instabilidade, insegurança no emprego e agravamento dos problemas sociais. Nesse cenário, o sujeito passa a ser o principal responsável pela sua carreira, deslocando a empresa desta responsabilidade, que não tem o dever de oferecer formação, segurança e estabilidade ao empregado. Ao indivíduo cabe manter-se empregável para expandir sua remuneração e aceitação no mercado.

Todos esses fatores exercem uma grande pressão sobre a universidade e sobre o aluno. A universidade busca se adaptar às novas tecnologias e demandas do mundo do trabalho. O aluno busca uma formação profissional que o permita atuar no novo mercado competitivo. Muitos buscam, através de uma nova profissão, a melhoria de suas condições de vida nesse contexto, fator que o influenciará diretamente na escolha do curso. Aumentar as chances de mobilidade social passa a ser o alvo principal de sua escolha. Assim, sobretudo para os muito jovens, *“a atual situação do mercado de trabalho, o desejo de consumo e a pressão familiar fazem com que as profissões escolhidas levem em consideração muito mais os aspectos financeiros imediatos que os sonhos e projetos.”* (SILVA et al, 2005)

A escolha de um curso universitário implica, nos padrões atuais, a escolha de uma profissão, decisão difícil para adolescentes, e nem sempre subsidiada por informações concretas. Para muitos, obter rapidamente um diploma ou título parece mais importante do que tornar-se um profissional competente e realizado em sua área. Além disso, nem sempre é realmente uma questão de escolha. Para Zago (2006), falar globalmente de escolha profissional no Brasil oculta problemas centrais referentes à condição social, cultural e econômica do candidato. *“Para a grande maioria não existe verdadeiramente uma escolha, mas uma adaptação, um ajuste às condições que o candidato julga condizentes com sua realidade e que representam menor risco de exclusão.”* (p. 232) De acordo com a autora, dados recentes do Observatório Universitário da Universidade Cândido Mendes revelam que 25% dos potenciais alunos universitários são tão carentes que não têm condições de entrar no ensino superior, mesmo o gratuito. Isso revela a situação de profunda desigualdade que o Brasil apresenta e a fragilidade de uma política de expansão do ensino superior, principalmente o fortalecimento do setor privado, em uma sociedade onde a maioria da população encontra-se em situação de pobreza aguda.

Tendo em vista tais condições, é difícil repreender um aluno que fez sua “escolha” com base em tais fatores. Ainda assim, mesmo escolhendo um curso no qual imagina, no futuro próximo, poder melhorar suas condições de vida e da família, nem sempre esse aluno consegue levá-lo adiante e se formar. Os altos índices de evasão nas universidades têm chamado a

atenção de alguns estudiosos. Não há como negar que a escolha do curso sem as informações adequadas pode ser um dos fatores de peso nesse fenômeno.

A escolha de uma profissão significa muito mais do que a definição do “que fazer”. Ela representa também a escolha de uma identidade, um lugar a pertencer, na medida em que “*a formação da identidade profissional complementa a identidade pessoal e contribui para a integração da personalidade (...)*” Os autores acrescentam que embora “*o futuro de um indivíduo não dependa exclusivamente de sua opção profissional e mesmo sabendo que esta opção pode ser modificada, as questões vocacionais têm se tornado cada vez mais importantes para as pessoas.*” (BARDAGI, LASSANCE e PARADISO, 2003, p. 154)

Além de se confrontarem com a escolha de uma nova profissão e com as mudanças inerentes à vida universitária, os jovens se deparam, também, com uma série de outros “*desafios pessoais, interpessoais, familiares e institucionais*” (...) que envolvem “*para muitos destes estudantes, a saída de casa, a separação da família e dos amigos, a saída de sua cidade*”, entre outros. Tais dificuldades explicam as “*taxas mais elevadas de insucesso e de abandono nos primeiros anos*” do curso. (SOARES, SOARES e FERREIRA, 2002, p.82)

Uma pesquisa realizada por Lassance com alunos da UFRGS permitiu a identificação de fases distintas na relação entre o aluno e seu curso: a primeira refere-se ao ingresso do aluno na universidade e é um período marcado por grandes expectativas e entusiasmo; a segunda é marcada pela decepção; na terceira fase o estudante volta a ter maior interesse pelo curso. A última fase corresponde ao final do curso e é marcada pelas expectativas em iniciar a atividade profissional. (BARDAGI, LASSANCE e PARADISO, 2003, p.155)

Tais mudanças, ao longo do curso, são observadas por todos os professores que têm a oportunidade de lecionar em períodos distintos. A disposição e o otimismo dos alunos do primeiro período cedem lugar a certa apatia nos períodos seguintes. Já entre os alunos formandos, é claramente visível a ansiedade e, não raro, o cansaço pelo acúmulo de atividades e responsabilidades, tanto aquelas acadêmicas, de conclusão de curso, quanto às profissionais, de adaptação ao início de carreira.

Nas turmas em final de curso, é possível perceber, também, que alguns ficaram para trás e outros desistiram no caminho. Trabalhos sobre a evasão, realizados no Brasil, identificam entre as principais causas, origens ou razões: nível socioeconômico; desconhecimento do curso e imaturidade na escolha profissional; desilusão com o curso; desestímulo do mercado de trabalho; “*fraco desempenho do aluno no ensino médio; escolha do curso determinada pela baixa demanda; repetência e, finalmente, a democratização do acesso à universidade, que não foi acompanhada de estratégias de manutenção dos alunos.*” (MACHADO, 2002, p.138)

A autora chama a atenção, ainda, para outro fator importante relacionado à cultura brasileira quanto ao ensino superior. Segundo ela, são poucos os alunos que tiveram formação profissionalizante, o que revela “*um ensino fundamental e médio alicerçado em uma filosofia extremamente elitista, que concebe a profissionalização do indivíduo somente por meio do título universitário.*” (MACHADO, 2002, p. 141)

Uma consequência grave desse fenômeno é a oferta de cursos universitários que visam uma formação eminentemente técnica. Nessa perspectiva de curto prazo, muitas novas faculdades foram abertas oferecendo cursos diversos, mas muitas delas de qualidade duvidosa.

Tendo em vista todos os fatores discutidos aqui, podemos afirmar que o ingresso na universidade é apenas a etapa inicial de enfrentamento, pelo estudante, de uma série de desafios que se apresentarão ao longo de sua trajetória acadêmica. É importante que a universidade busque conhecer melhor seus estudantes de modo a entender com mais profundidade os problemas que estes enfrentam no dia a dia da vida universitária e tente oferecer alternativas para que eles possam cumprir sua jornada em uma formação de qualidade para a profissão e a sociedade.

Para isso, é necessário construir instrumentos capazes de medir os modos como os estudantes vivenciam o ambiente acadêmico e tomam suas decisões. Essa *“tarefa diz respeito não apenas à identificação das principais características dos estudantes ou do ambiente institucional, mas também ao estudo do processo de interação desses dois elementos e das mudanças produzidas em ambos.”* (VENDRAMINI et al., 2004, p. 260)

Nesse sentido, acreditamos poder contribuir com o início desse processo de construção de um modelo de identificação e acompanhamento de mudanças relevantes nessas relações entre o estudante e a universidade. Esperamos que tais resultados inspirem novos estudos, que por sua vez, ajudem a consolidar a pesquisa como subsídio das ações do curso.

Apresentamos, a seguir, a descrição e análise dos dados considerando cada variável, separadamente, ao longo do período.

3 O PERFIL DO ESTUDANTE DE ADMINISTRAÇÃO: PRINCIPAIS MUDANÇAS

Quando foi implantada em 1995, a unidade da PUC Minas em Betim contava apenas com cinco cursos e a quase totalidade de seus alunos vinha de Belo Horizonte. No entanto, ao longo desses anos, tal realidade foi se modificando e o aluno de Betim não apresenta mais o mesmo perfil. Atualmente, é predominante a presença de estudantes residentes em Betim, mas muitos são provenientes de cidades do interior do Estado. Por virem de diversas regiões com características típicas do interior bem como de classes sociais diferentes, atualmente, o público é bastante distinto daquele de alguns anos atrás. Como os primeiros questionários aplicados pela PUC (2002-2001) não traziam a opção “Betim” não há informações detalhadas, mas é possível perceber o crescimento no número de alunos residentes na Grande BH (55%; 6,5% e 70% entre 1º sem/00 e 1º sem/01) em detrimento do número de alunos residentes em Belo Horizonte (40%; 32,8% e 25% no mesmo período), com pouca representatividade dos alunos de outras cidades. Com a inclusão de Betim, entre as opções, a partir do segundo semestre de 2001, percebe-se que a tendência crescente da Grande BH era puxada por Betim. A partir de 2002, o número de alunos residentes em Betim supera os 50% e, a partir de 2004 supera os 60%, chegando a quase 90% no primeiro semestre de 2007. O número de alunos residentes em Belo Horizonte ficou abaixo de 20% entre 2001 e 2004, caindo abaixo de 5% a partir de 2005 e desaparecendo nos três últimos semestres (2007-2008). O número de alunos residentes em Contagem varia entre 3,77% e 21,67%, e os valores para o interior de Minas Gerais variam entre 0 e 14,04%.

De acordo com o Gráfico 1, percebe-se que o curso tem participação equilibrada de homens (38,77% a 66,67%) e mulheres (33,33% a 61,23%). Percebe-se um ligeiro aumento na participação das mulheres a partir de 2004. No período compreendido entre o primeiro semestre de 2000 e o primeiro semestre de 2004, o número de mulheres esteve abaixo do número de homens em todas as turmas (exceto no 1º sem/03). Mas entre o segundo semestre de 2004 e primeiro semestre de 2007 o número de mulheres ultrapassa o de homens.

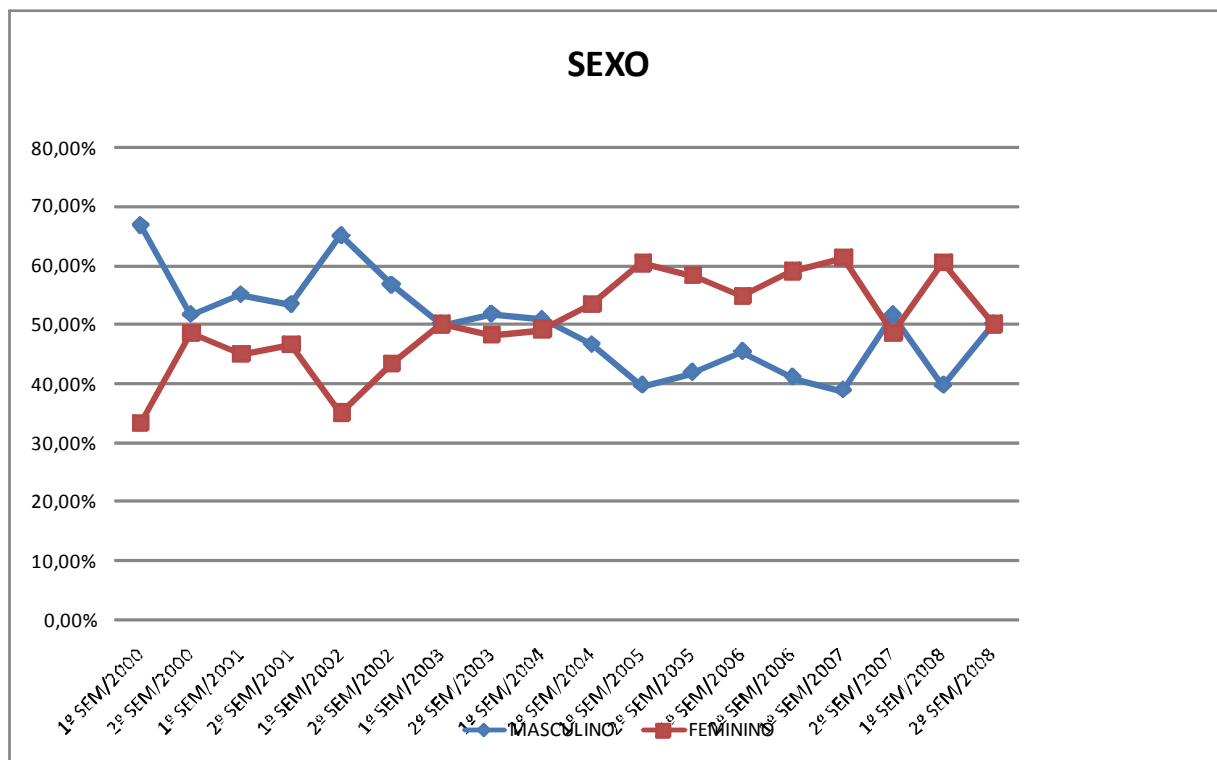


GRÁFICO 1: Sexo dos alunos ingressantes no curso de administração entre 2000 e 2008

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras a partir de dados fornecidos pelo DATAPUC

Com relação à faixa etária dos alunos, pode-se observar, pelas Tabelas 1 e 2, uma grande mudança ao longo desses nove anos. De 2000 a 2004, houve uma variação da faixa etária com maior concentração de alunos com idade entre 17 e 20 anos nas turmas dos primeiros semestres, ou seja, os calouros dos primeiros semestres eram mais novos que os calouros dos segundos semestres. No entanto, a partir de 2005 a faixa etária entre 17 e 20 anos predomina invariavelmente, atingindo, ainda, maiores índices nos primeiros semestres. Tais turmas são, a partir daí, muito mais jovens que as primeiras turmas do curso, ou seja, concentram maior número de alunos nas faixas etárias mais baixas: entre 17 e 20 anos.

Acompanhando a queda na faixa etária, o estado civil dos estudantes também sofreu alteração. Predominam os alunos solteiros, com variação entre 71,67% e 94,83%, com valores mais elevados nas últimas turmas (variação de 89,58% a 93,88% entre 2006-2008).

TABELA 1
Idade dos alunos ingressantes entre 2000-2002 (%)

Ano / Semestre	17 anos	18 a 20	21 a 23	24 a 29	Mais de 30	Sem resposta
2000/1º	3,33	35,00	23,33	16,67	18,34	3,33
2000/2º	1,56	39,06	29,69	18,76	9,37	1,56
2001/1º	3,34	41,66	25,00	16,67	13,33	0,00
2001/2º	3,33	20,00	31,67	26,67	18,33	0,00
2002/1º	12,28	42,11	21,05	15,79	8,77	0,00

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras a partir de dados fornecidos pelo DATAPUC

TABELA 2
Idade dos alunos ingressantes entre 2002-2008 (%)

Ano / Semestre	17 anos	18 a 20	21 a 25	26 a 35	Mais de 35	Sem resposta
2002/2º	1,67	38,33	40,00	13,33	6,67	0,00
2003/1º	13,33	38,34	25	18,33	3,33	1,67
2003/2º	1,73	32,76	37,93	22,41	5,17	0,00
2004/1º	15,25	32,20	38,98	8,48	5,09	0,00
2004/2º	0,00	34,48	46,55	15,52	3,45	0,00
2005/1º	17,24	37,94	32,76	10,34	1,72	0,00
2005/2º	0,00	37,31	35,83	25,37	1,49	0,00
2006/1º	16,98	45,28	18,87	11,32	7,55	0,00
2006/2º	5,36	33,93	35,71	25,00	0,00	0,00
2007/1º	28,57	42,86	22,45	6,12	0,00	0,00
2007/2º	0,00	51,52	30,30	18,18	0,00	0,00
2008/1º	29,17	27,08	29,17	12,50	2,08	0,00
2008/2º	0,00	71,87	21,87	3,13	3,13	0,00

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras a partir de dados fornecidos pelo DATAPUC

Grande parte dos alunos da PUC Minas Betim estudou em escola pública. No período entre 2000 e 2008 é crescente o número de alunos provenientes de escolas públicas variando de 56,66% (1º sem/00) a 87,88% (2º sem/07).

Quanto ao curso realizado no ensino médio, observou-se uma tendência de crescimento no número de alunos com formação geral, que ficou entre 38,33% a 59,65% no período entre 2000 e 2003, e a partir de 2004 ultrapassou os 60% em todos os semestres, chegando a 89,58% no primeiro semestre de 2008, quando atingiu o menor percentual de alunos provenientes de cursos profissionalizantes (4,18%).

Quanto ao turno em que realizaram seus estudos no ensino médio, é crescente o número de alunos que estudaram durante o dia: era 26,67% no primeiro semestre de 2000 e 62,5% no primeiro semestre de 2008. A partir de 2002 percebe-se que as turmas com entrada nos primeiros semestres apresentam maior número de alunos que estudaram durante o dia, em relação aos alunos com entradas nos segundos semestres. Em alguns casos essa diferença é significativa: no segundo semestre de 2006, 37,5% dos alunos são provenientes de cursos diurnos; 21,43% do noturno e 41,1% estudaram parte do curso durante o dia e parte a noite. Não há risco em afirmar que essa mudança ocorre entre os alunos que começam a estudar durante o dia e transferem-se para a noite, sobretudo por começarem a trabalhar.

Com isso, ainda que a faixa etária seja mais baixa, o número de alunos que exerce atividade remunerada ao iniciar o curso é expressivo e varia entre 48,98% e 80%, mas é decrescente, apesar das grandes variações entre os primeiros e segundos semestres. De modo geral, apesar do aumento do número de alunos que ingressa na universidade sem atividade remunerada, o menor percentual ainda é alto para a faixa etária, predominantemente baixa.

Entre os alunos ingressantes que declararam exercer alguma atividade remunerada, a maioria começou a trabalhar antes dos 18 anos e alguns ainda mais jovens. Para aqueles que começaram a trabalhar antes dos 14 anos observa-se variação entre 1,88% e 15%; entre 14 e 16 anos, 13,33% a 28,33%; entre 16 e 18 anos, 17,54% a 36,21%; após 18 anos, 12,24% a 33,33%. Entre os alunos que trabalham, predominam as ocupações em escritório (12,24% a 32,84%) e no comércio (6,06% a 31,25%), seguidas de outros (0 a 23,34%) e indústria (0 a 20%). Outras ocupações como as de técnico de nível médio, funcionário público, proprietário e profissional liberal aparecem com pouca representatividade. Os técnicos aparecem com maior frequência nas primeiras turmas analisadas, entre 2000 e 2003, chegando a 11,67% no segundo semestre de 2001, mas não aparecem nas duas últimas turmas (2008). O mesmo pode ser dito sobre os funcionários públicos, que chegam a 10% no primeiro semestre de 2000, mas também

não aparecem nas duas últimas turmas (2008). Já os proprietários e profissionais liberais raramente ultrapassam 5%.

É possível perceber uma dependência financeira crescente dos alunos em relação à família, fato que coincide com o número decrescente de alunos que trabalham e com a faixa etária mais baixa desses nos últimos anos. No primeiro semestre de 2000, 80% dos alunos ingressantes exerciam atividades remuneradas contra apenas 65,62% no segundo semestre de 2008; no primeiro semestre de 2000 eram 66,67% de alunos dependentes da família e no segundo semestre de 2008 são 90,62%. O alto percentual se explica pelo fato de muitos alunos, mesmo exercendo atividades remuneradas se declararem parcialmente dependentes da família.

TABELA 3
Renda familiar em salários mínimos (%)

Ano / Semestre	Até 5	De 5 a 10	De 10 a 15	De 15 a 20	Acima de 20	Sem resposta
2000/1º	10,00	30,00	33,33	10,00	15,00	1,67
2000/2º	23,44	37,50	15,63	7,81	14,06	1,56
2001/1º	23,33	31,67	30,00	5,00	10,00	0,00
2001/2º	25,00	38,33	23,33	6,67	6,67	0,00
2002/1º	15,79	42,11	19,30	17,54	5,26	0,00
2002/2º	20,00	35,00	20,00	13,33	11,67	0,00

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras a partir de dados fornecidos pelo DATAPUC

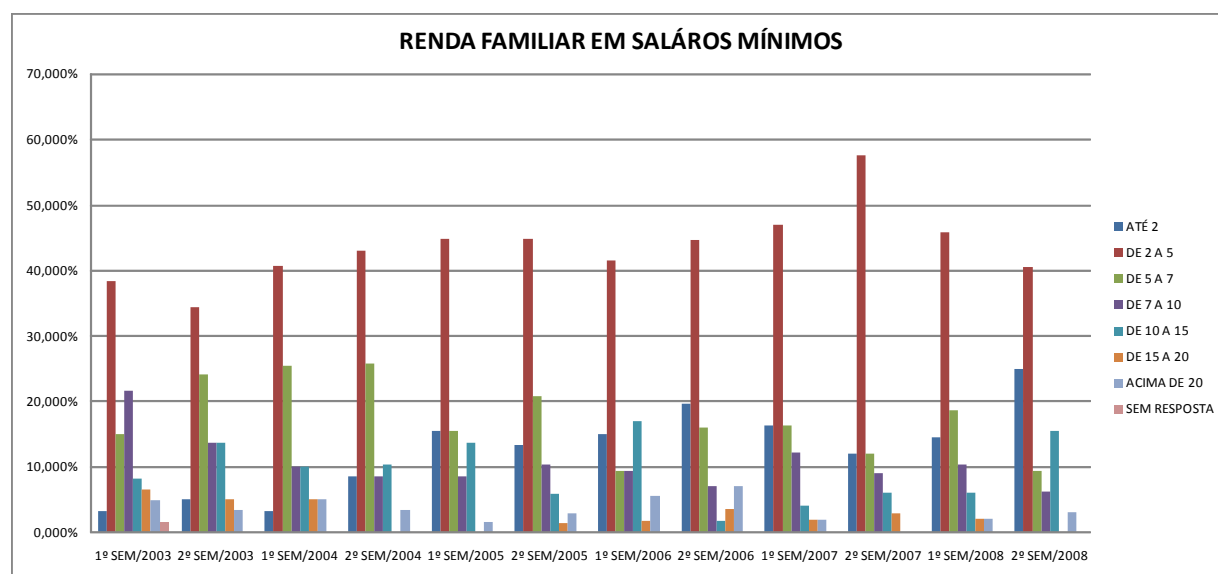


GRÁFICO 2: Renda familiar dos alunos ingressantes do curso de administração entre 2003 e 2008.

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras a partir de dados fornecidos pelo DATAPUC

Nota-se uma redução dos valores na renda familiar dos alunos entrantes ao longo do período. Conforme a Tabela 3, observa-se que as primeiras turmas analisadas (2000 a 2002) tiveram valores entre 50% e 66,33% de alunos cuja renda familiar era de até 10 salários mínimos. A partir de 2003 esse número passa a crescer, variando entre 75,46% e 91,83% de famílias com renda até 10 salários mínimos. Conforme Gráfico 2, de modo geral, a partir de 2005, a renda familiar de mais de 50% dos alunos é de até cinco salários mínimos e de mais de 80% dos alunos (exceto 1º sem/06) é de até 10 salários mínimos. Tais números podem ser explicados, em parte, pela mudança de faixa etária do aluno ingressante, ou seja, o aluno calouro é, atualmente, mais novo e mais dependente da família. No entanto, não se pode

descartar a possibilidade de influência de outro fator: nas primeiras turmas predominavam os alunos residentes em Belo Horizonte.

Na quase totalidade das turmas analisadas, a maioria dos pais/mães estudou somente até o ensino fundamental, especialmente para as turmas de 2005 em diante, quando o número para essa faixa varia entre 50,94% e 71,65%. Os valores não apontam qualquer tendência de aumento ou redução do nível de escolaridade ao longo do período analisado. É possível perceber apenas que ocorrem variações entre os valores dos primeiros e segundos semestres: nas faixas de menor escolaridade (ensino fundamental), percebem-se valores maiores nos segundos semestres; e nas faixas de maior escolaridade (2º grau ou mais), percebem-se maiores valores para os primeiros semestres. Percebe-se, ainda, um número expressivo de pais/mães sem escolaridade (6,25% a 16,07%). De modo geral, pode-se afirmar que grande parte dos pais/mães apresenta baixa escolaridade, concentrando-se nas faixas de 1ª a 4ª séries (16,33% a 46,43%) e 5ª a 8ª séries (8,93% a 36,73%).

Entre os motivos apontados, pelos estudantes, para escolha da instituição, a opção da “qualidade do ensino” aparece em destaque (48,28% a 83,33%) e crescente, bem como a opção “renome da instituição” (10% a 75,76%), mas destaca-se a opção “proximidade da residência/trabalho” (29,31% a 93,75%), que superou a opção “qualidade do ensino” em sete dos 12 períodos analisados e aparece sempre acima da opção “renome da instituição”. É importante frisar que, tanto nessa questão quanto nas próximas, é possível assinalar mais de uma opção.

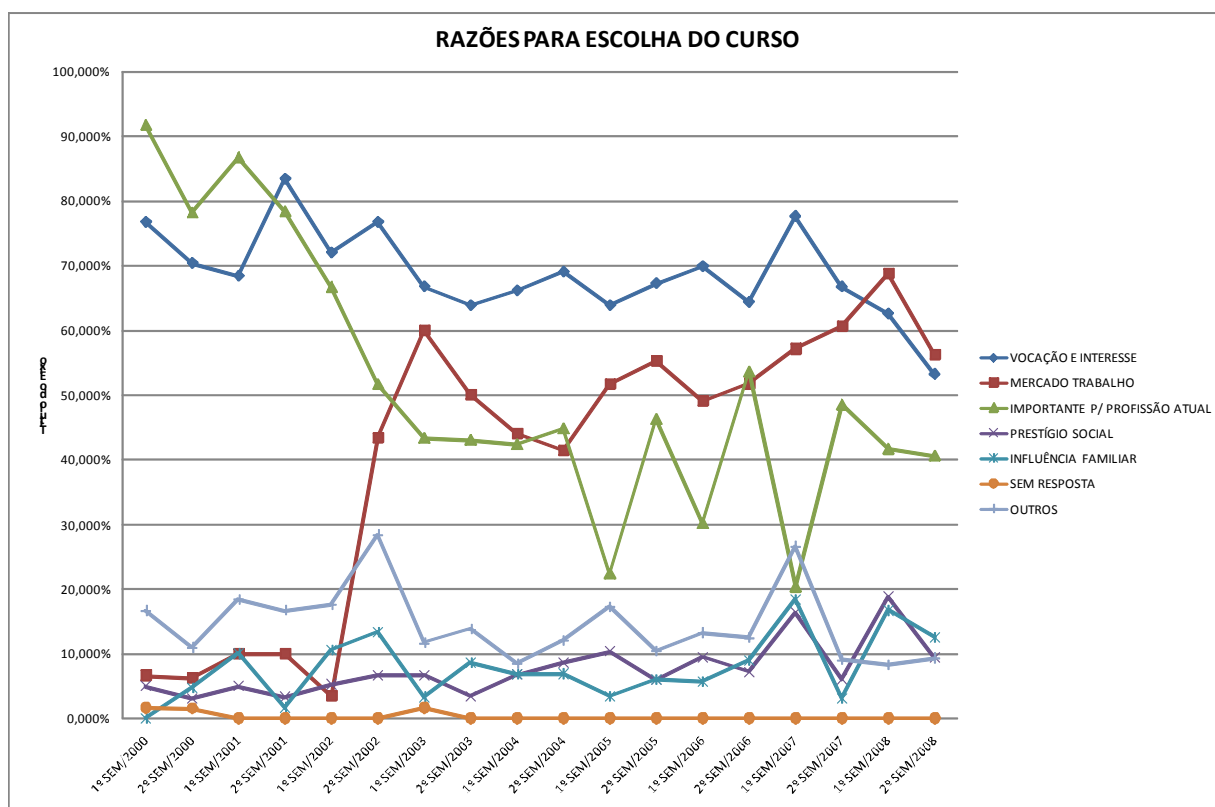


GRÁFICO 3: Razões para escolha do curso, segundo os alunos ingressantes em administração

Fonte: Elaborado pelas pesquisadoras a partir de dados fornecidos pelo DATAPUC

Entre as principais razões apresentadas pelos estudantes na escolha do curso apareceram: “vocação e interesse” (53,12% a 83,33%); “importância para a profissão atual” (20,41% a 91,67%); “mercado de trabalho” (3,51% a 68,75%). Conforme o Gráfico 3, percebe-

se que tais fatores se distanciam dos demais (“prestígio social”; “influência familiar” e outros). No entanto, há uma mudança significativa na importância atribuída aos três primeiros fatores ao longo do período analisado: nos primeiros anos, a opção “importância para a profissão atual” aparece com destaque até o primeiro semestre de 2002, mas perde o primeiro lugar para a opção “vocação e interesse” a partir do segundo semestre de 2001 decrescendo a partir daí e apresentando grandes variações entre os primeiros semestres (valores menores chegando a 20,41% no 1º sem/08) e segundos semestres (valores maiores com 53,57% no 2º sem/06) entre as turmas recentes. Essa mudança coincide com os valores decrescentes de alunos que trabalham e com faixas etárias menores, principalmente a partir de 2005.

Outra mudança significativa é a importância crescente atribuída à opção “mercado de trabalho”, que até o primeiro semestre/02 não tem qualquer expressividade (ficando abaixo de 10%), mas a partir do segundo semestre de 2002 vai aparecer, invariavelmente, com valores acima de 40% chegando a superar a opção “vocação e interesse” nos dois últimos períodos. Há relação direta entre as duas opções, pois as turmas com menor número de alunos que trabalham se preocupam mais com o mercado e as turmas com mais alunos que trabalham se preocupam mais com as atividades que já exercem. A opção “vocação e interesse” vêm perdendo importância, conforme podemos notar no Gráfico 3.

Em relação ao que esperam do curso, entre as principais opções apresentadas estão: “conhecimento e cultura geral” (56,60% a 84,38); “melhoria para a ocupação atual” (58,62% a 78,79%); e “formação profissional” (37,5% a 73,33%). Embora a opção “formação profissional” apareça abaixo dos 50% em várias turmas, a opção “melhoria para a ocupação atual” aparece com maiores valores nessas turmas e não há como dissociá-los. É interessante perceber que, apesar da preocupação crescente com o mercado de trabalho, os alunos esperam uma formação que ofereça “conhecimento e cultura geral”, opção que se destaca das demais em 2/3 das turmas analisadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, pode-se afirmar que o aluno do curso de administração da unidade Betim é bem mais jovem do que há nove anos, solteiro, estudou em escola pública, fez curso de formação geral no ensino médio, já estudava a noite por ter começado a trabalhar ainda muito jovem em escritório ou no comércio. Seus pais estudaram apenas até o ensino fundamental e sua renda familiar é baixa. Ele se preocupa com a qualidade do ensino, mas também com a proximidade entre universidade e seu local de residência ou trabalho; espera uma formação abrangente, mas se preocupa, cada vez mais, com o mercado de trabalho.

Sabe-se das diferenças entre os alunos das diversas unidades da PUC, mas tais informações precisam ser coletadas e tratadas de modo sistemático, ou seja, o estudo do perfil do estudante de administração deve ser ampliado de modo a compreender as outras unidades e permitir a comparação. Isso parece de grande importância, visto que atualmente a PUC adota o mesmo projeto pedagógico (com ligeiras adaptações) para todas as suas unidades de Belo Horizonte, Contagem e Betim. Se tais diferenças forem confirmadas, tal padronização deverá ser repensada, ou seja, é preciso que os cursos promovam adaptações em seus projetos pedagógicos de modo a se ajustar às especificidades locais.

Outra questão que se mostrou relevante na análise dos questionários foram algumas lacunas do instrumento que, embora já tenha sofrido alterações ao longo desses nove anos, demanda novas adaptações para que possa fornecer dados mais específicos às unidades. Também foi possível perceber que algumas questões sobre comportamentos e atitudes não

forneçam informações consistentes. Pensamos que o questionário talvez não seja o instrumento mais adequado para levantar esses dados.

É importante frisar que a descrição de perfil é como uma fotografia e tem como principal limitação o fato de ser estanque, de mostrar um momento específico. Mesmo para uma análise longitudinal, não há como chegar a explicações. O questionário é um instrumento ágil de coleta de informações, prático para a organização e apresentação de dados e, quando bem elaborado, pode revelar uma realidade com boa dose de detalhes, mas não permite aprofundamento. Assim, para se chegar a um perfil mais apurado, que compreenda fatores como motivos e comportamentos, é preciso complementar a pesquisa com o uso de instrumentos que permitam uma análise de cunho qualitativo, como as entrevistas.

Acreditamos que a pesquisa de perfil do ingressante é fundamental para os cursos na medida em que possibilita acompanhar as mudanças nas características do estudante ao longo do tempo, oferecendo aos profissionais da educação as informações necessárias para subsidiar suas ações. Para isso, é necessário que esse tipo de pesquisa tenha caráter permanente dentro dos cursos e que seus resultados sejam, não somente divulgados, mas discutidos e utilizados para identificar as necessárias mudanças e inovações aos novos contextos.

REFERÊNCIAS

BARDAGI, M. P; LASSANCE, M.C.P. e PARADISO, A. C. Trajetória acadêmica e satisfação com a escolha profissional de universitários em meio de curso. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, 4(1/2), 2003, pp. 153-166.

LOBO, F. e ATHAIDE, P. de. Universidade: a miséria usa beca. **Revista Carta Capital**. 30 de novembro de 2005.

CASTRO, Cláudio Moura. O ensino da administração no Brasil e seus dilemas: notas para debate. **Revista de Administração de Empresas**. V.21, n.3, jul/set 1981, pp 58-61.

DOSSIÊ: educação superior: algumas tendências políticas européias e latino-americanas. **Pró-Posições**, v. 15, n. 3(45) – set./dez. 2004.

FÓRUM Educação em administração. **Revista de Administração de Empresas**. V. 43, n. 2, abr/maio/jun de 2003.

GONDIM, Sônia M. G. Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com a formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários. **Estudos de Psicologia**, vol. 7, n. 2, jul/dez de 2002, pp. 299-309.

KARAWEJCZYK, T. C. e ESTIVALETE, V. Professor Universitário: O Sentido do seu Trabalho e o Desenvolvimento de Novas Competências em um Mundo em Transformação. **ANAIS do XXVII Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração**. Atibaia/SP, setembro de 2003.

MACHADO, Maria C. T. *Perfil dos estudantes da UFG – uma análise a partir do processo seletivo 2002*. **Revista Sociedade e Cultura**, vol. 5, n. 2, jul/dez de 2002, pp. 137-145.

NICOLINI, Alexandre. Qual será o futuro das fábricas de administradores? **Revista de Administração de empresas**. Vol. 43, n° 2, out. 2003, pp 44-54.

NUNES, Edson *et al.* Teias de relações ambíguas: regulação e ensino superior. Brasília: **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**, 2002.

RAMOS, A. G. e LIMA, E.R. de. O secundarista e o processo de escolha da profissão. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 77, n. 185, jan/abr de 1996, pp. 191-219.

SILVA, Walmir Rufino da *et al.* Escolha do Curso de Administração: uma análise comparativa entre uma instituição pública e uma instituição privada. **ANAIS XXIX Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração**. Brasília/DF: setembro de 2005.

SOARES, Leandro S. A.; SOARES, Ana P. C. e FERREIRA, J. A. Questionário de vivências acadêmicas (QVA-r): avaliação do ajustamento dos estudantes universitários. **Revista Avaliação Psicológica**, 2002, 2, pp. 81-93.

SOBRINHO, José Dias. Educação Superior, globalização e democratização. Qual universidade? **Revista Brasileira de Educação**, n. 28, jan-abr. de 2005, pp. 164-173.

VENDRAMINI, C. M. M. et al. Construção e validação de uma escala sobre avaliação da vida acadêmica (*EAVA*). **Estudos de Psicologia**, 9(2), 2004, pp. 259-268.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, mai/ago de 2006, pp. 226-237.